

Manuel Maria Carrilho

VIRTUDES DO PERSPETIVISMO

FICHA TÉCNICA

Título:

Virtudes do Perspetivismo

Autor:

Manuel Maria Carrilho

Capa:

Grácio Editor. Fotografia de J. F. Vilhena

Design gráfico:

Grácio Editor

1ª Edição: Outubro de 2013

ISBN: 978-989-8377-49-4

Dep. Legal:

© Grácio Editor

Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E

3000-151 COIMBRA

Telef.: 239 091 658

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

In Memoriam

de

FILIPE ARRIAGA

e de

EDUARDO PRADO COELHO

*”A sombra passa por nós
e esse seu passar faz tempo
num relógio cuja voz
dá memória ao pensamento”*

Fernando Echevarría, Introdução à Filosofia, 1981

PREFÁCIO

O título deste volume, *Virtudes do Perspetivismo*, surgiu muito naturalmente na troca de impressões que fui mantendo com o editor, Rui Alexandre Grácio, ao mesmo tempo que relia os capítulos que o constituem.

Trata-se, com efeito, de um conjunto de textos que têm em comum um objetivo, o de caracterizar uma posição filosófica, o perspetivismo, precisando não só os seus principais traços, mas também as suas potencialidades — em suma, aquilo que gostaria de designar como as suas virtudes.

Virtude é, todavia, uma palavra carregada de história, facto que se traduz numa persistente polissemia que vai da aretê grega à *virtus* latina, das virtudes cristãs à *virtù* de Maquiavel, para não ir mais longe. E não vou mais longe porque foi precisamente este último, o seu sentido maquiavélico, que me inspirou aqui. Ou melhor, um dos seus sentidos, porque mesmo na obra de Maquiavel existem nuances que não é possível ignorar.

E esse sentido é o que aponta para uma concepção da *virtù* como algo que — sem meios termos — ou se possui ou não, como algo que só existe em ato, num comportamento ou na ação, que se inscreve no curso do tempo, tentando influenciá-lo.

É por isso que, como bem observou Alessandro Fontana, a virtude maquiavélica se afasta radicalmente da tradição ética e filosófica greco-romana e cristã. (cf. “Virtù”, in *Vocabulaire européen des philosophes*, Paris, Seuil, pp. 1369-74) A virtude não é algo que se possa adquirir pelo exercício ou por um paciente trabalho sobre si próprio, nem algo que se possa aprender como uma arte, nem um equilíbrio intermédio que se possa atingir entre dois excessos. Não, ela revela-se sempre como uma afirmação, ela define-se fundamentalmente como um poder.

É de crer que esta inspiração tenha marcado de um modo muito especial o pensamento de Nietzsche, reforçando uma concepção da virtude que se aproximava muito da que Calicles sustentou — contra Sócrates — no *Górgias* de Platão, e que é uma concepção que liga a virtude à força da energia e da inteligência, ao serviço do *pathos* e da sua expressão, traços que se revelarão fundamentais na elaboração da doutrina perspectivista.

Esta doutrina, no entanto, apesar das suas incontroversas raízes artísticas (veja-se o notável estudo de Hubert Damish, *L'origine de la perspective*, Paris, Flammarion, 1987), é uma invenção especificamente nietzscheana, sobretudo pelo modo como corta com um elemento nuclear da tradição filosófica ocidental, que é o do valor “natural” da verdade.

Foi justamente sobre este elemento que recaiu a suspeita de Nietzsche, e o levou a sustentar de um modo cada vez mais incisivo e radical o carácter ficcional da verdade,

sempre condicionado pelos contextos e pelo tempo, pelas crenças e pela linguagem, e magistralmente sintetizado na máxima “não há factos, apenas interpretações”.

A minha ideia é que o perspetivismo começa a emergir muito cedo na obra de Nietzsche, a par com a sua reflexão sobre a linguagem, como se pode ver na análise que proponho dos seus textos de 1872. É por isso que falo nas “bases retóricas” do perspetivismo, a partir das quais propus uma interpretação convergente da teoria da interrogatividade de Michel Meyer com o ironismo neopragmático de Richard Rorty, como alavanca de uma nova visão da racionalidade, concebida em termos de jogo, do que designei como “os jogos de racionalidade”.

Neste percurso, a questão que mais frequentemente tive de enfrentar foi a de saber como é que, ao afirmar que todo o conhecimento é, tal como todos os valores, solidário de uma perspetiva, se evita a auto-contradição. Trata-se, dito de outro modo, de saber se a perspetiva é ou não, ela própria, uma perspetiva. É que se não é, isso significa que há formas de conhecimento que não são perspetivas. E se é, tem que se admitir que são possíveis outras perspetivas que assumam poder escapar a uma tal configuração.

A resposta passa, a meu ver, pela compreensão clara que o perspetivismo não é, nem nunca pretendeu ser, mais uma teoria do conhecimento, ou mais uma epistemologia, mas que pelo contrário ele se constituiu, precisamente, como uma alternativa à própria epistemologia.

Não só porque assenta em bases retóricas, mas também porque consiste numa estratégia fundamentalmente retórica, cujo nervo argumentativo passa por esquecer — dissolvendo-os ou evitando-os — os problemas clássicos de que se alimentou a tradição filosófica, e em promover outro modo de dizer e de compreender o conhecimento, a ação e a linguagem.

Por isso, avaliar o perspetivismo por critérios epistemológicos é tão fácil como inútil. A sua força vem de outro lado, ela vem da forte sugestão com que o perspetivismo se identifica, segundo a qual existe um poder superior ao das teorias, que é o poder da linguagem. Como algures bem observou Bernd Magnus, uma teoria do conhecimento não é algo que Nietzsche tenha, mas algo que ele parodia.

E foi assim que, abrindo uma via em que combina a crítica, a *nuance* e a ironia, ele foi expondo ao longo da sua obra o largo espectro de virtudes do perspetivismo, procurando sempre desentrincheirar os dogmatismos e apostar num experimentalismo que, mais do que convencer, prefere inspirar, alargando sempre — como se da mesma coisa se tratasse — os campos do pensável, do possível e do realizável.